

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

REQUERIMENTO Nº DE 2019 **(Do Sr. Jorge Solla)**

Requer a realização de Seminário em Salvador para debater o novo modelo de financiamento da Atenção Básica da Saúde.

Senhor Presidente,

Senhor Presidente, requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal e art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Seminário em Salvador com o intuito de debater o novo modelo de financiamento da Atenção Básica da Saúde, a exemplo do realizado no âmbito dessa Comissão.

Referido evento terá lugar a ser definido, e pré-agendado para o dia 25 de novembro, com os seguintes palestrantes convidados:

- Erno Harzheim, Secretário de Atenção Primária à Saúde, do Ministério da Saúde;
- Mauro Junqueira, Secretário Executivo do CONASEMS;
- Fábio Vilas-Boas, Secretário Estadual da Saúde da Bahia (SESAB);
- Eures Ribeiro, Presidente da União dos Municípios da Bahia (UPB);
- José Cristiano Soster, Diretor de Atenção Básica da SESAB;

- Stela Souza, Presidente do COSEMS-ba;
- Marília Fontoura, da direção da Escola Técnica Jorge Novis/SESAB;
- Marivalda dos Santos Pereira, 1ª Vice-Presidente da CONACS;
- Elane Alves, Assessoria Jurídica da categoria dos ACS e ACE;
- Marcos Sampaio Gêmeos, membro do Conselho Estadual de Saúde da Bahia.

Justificação

Recentemente o Ministério da Saúde anunciou que mudará a forma do financiamento da Atenção Básica à Saúde. De acordo com o órgão, o repasse de verbas passará a considerar o número de usuários cadastrados no sistema e o desempenho das equipes dos postos, levando em conta a informatização, atividades de promoção à saúde e horário de atendimento expandido, entre outros pontos.

Não é possível ignorar o cenário atual de restrição orçamentária e cortes em que se dá a apresentação das propostas do Ministério da Saúde. Em meio ao déficit de recursos e retrocessos nos investimentos públicos, o estabelecimento de um rol de ações e procedimentos e o financiamento com base na quantidade de usuários cadastrados, será, muito provavelmente, um fator de restrição do acesso, além impactar na integralidade da atenção à saúde. Atualmente, devido ao papel central do território para a Atenção Básica, bem como o princípio da universalidade do Sistema Único de Saúde, o atual financiamento das equipes da Estratégia Saúde da Família leva em consideração o total de habitantes de cada região e município atendido.

É preocupante a perspectiva de considerar somente os usuários cadastrados para repasse de recursos, conforme proposta apresentada pelo Ministério da Saúde. Teme-se que haja uma grande restrição da população atendida.

Ante o exposto, apresento a proposta de realização de Seminário em Salvador e solicito o apoio dos nobres pares desta Comissão para que possamos debater sobre tema de tamanha relevância para a saúde pública no país.

Sala da Comissão, 31 de outubro de 2019.

JORGE SOLLÁ
Deputado Federal (PT-BA)